

Bolsonaro volta a perseguir servidores públicos

Bolsonaro e a equipe econômica comandada por Paulo Guedes começam a preparar mais um pacote de maldades contra os servidores públicos. Com o nome de ajustes, Paulo Guedes está elaborando uma série de medidas que irão afetar diretamente os serviços públicos e prejudicar muito os servidores federais

Segundo o diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Augusto de Queiroz, o governo quer enfrentar a diminuição da atividade econômica fazendo uma ampla reforma administrativa baseada principalmente no enxugamento das estruturas e do gasto com servidores, extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; redução do quadro de pessoal, a jornada e os salários; com menos concursos e mais contratações temporárias.

Com isso o governo espera intensificar a descentralização, transferindo atribuições e responsabilidades para estados e municípios; além de terceirizar vários serviços públicos, inclusive na atividade-fim. Outro ataque aos servidores virá com a proposta de regulamentação (restrição) do direito de greve do servidor público.

“Não podemos aceitar que mais uma vez a população que tanto precisa de serviços públicos de qualidade seja massacrada por esse governo que privilegia o bem estar de banqueiros e o capital especulativo em detrimento de seu povo mais pobre. Continuare-



mos ocupando as ruas em defesa dos direitos dos servidores e, de serviços públicos de qualidade para todos”, afirmou o presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira.

Ainda de acordo com Antônio Augusto de Queiroz, a ideia do governo estaria embasada nos seguintes pontos:

- 1) no enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, com extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos;
- 2) na redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo;
- 3) na redução de jornada com redução de salário;
- 4) na instituição de um carreira horizontal e transversal, com mobilidade plena dos servidores;
- 5) na adoção de critérios de avaliação para efeito de dispensa por insuficiência de desempenho;
- 6) na ampliação da contrata-

ção temporária; e

- 7) na autorização para a União criar fundações privadas, organizações sociais e serviço social autônomo – cujos empregados são contratados pela CLT – para, mediante delegação legislativa, contrato de gestão ou mesmo convênio, prestar serviço ao Estado, especialmente nas áreas de Seguridade (Saúde, Previdência e Assistência Social), Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Turismo e Comunicação Social, entre outros.

A visão do governo Bolsonaro sobre os servidores e o serviço público é a pior possível. Os primeiros são vistos pelo governo como “parasitas”, que ganham muito e trabalham pouco, além de serem aliados e estarem a serviço da esquerda. O segundo é associado à ineficiência e à corrupção.

Com informações de cut.org.br

Enquanto corta direitos trabalhistas, governo segue desmonte do ex-MTb

Enquanto busca a flexibilização cada vez maior dos direitos da classe trabalhadora, o governo Bolsonaro segue o projeto de desmonte que teve início com a extinção do Ministério do Trabalho (MTb), uma das pastas mais importantes na estrutura do Estado brasileiro. Nessa terça-feira, 13, a Condsef/Fenadsef participou de uma reunião do Grupo Permanente de Discussão das Condições de Trabalho (GPCOT) na Secretaria do Trabalho. Além de comunicar um corte orçamentário de R\$157 milhões para R\$107 mi no âmbito das SRT's, o governo informou que não há previsão para realização de concursos. Outras mudanças estão previstas na estrutura da Secretaria do Trabalho que devem ser desmembrada em três subsecretarias.

Todas essas mudanças estruturais nos órgãos que atuam com políticas públicas para amparar trabalhadores acontecem num cenário de ampla flexibilização das leis trabalhistas no Brasil. O corte de direitos começou com a reforma Trabalhista aprovada ainda com Michel Temer. A reforma foi aprovada alegando que geraria empregos, o que após mais de dois anos, não ocorreu. No mesmo dia da reunião do governo com o GPCOT, a Câmara dos Deputados aprovou texto-base da MP 881, a chamada MP da "Liberdade Econômica". Sob argumento de facilitar abertura de empresas e desburocratizar o Estado a MP retira mais direitos da classe trabalhadora e define flexibilização de regras para trabalhos aos domingos e feriados.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wagner Freitas, fez duras críticas à MP em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. "Não cabe a uma medida provisória que trata de questões econô-



micas fazer reforma trabalhista", disse Freitas. A votação da MP 881 aconteceu na tarde do dia 13 enquanto em todo o Brasil atos levaram milhares às ruas em defesa da Educação e da Previdência Pública. A reforma da Previdência é outro ataque feroz ao direito dos trabalhadores de se aposentar. A Central criticou ainda a falta de diálogo que impediu o debate de itens do texto da MP que atingem diretamente direitos trabalhistas.

Fiscais do Trabalho protestam

Ainda nesse contexto de ataques a direitos e desmonte de órgãos trabalhistas, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) divulgou uma nota em protesto a postagem no Facebook atribuída a Jair Bolsonaro com críticas à fiscalização. Na nota o sindicato dos auditores fiscais do Trabalho repudiou o que considera "atitudes de incentivo ao desacato, perseguição, ameaças e violências contra autoridades". Foi citada a chacina de Unaí ocorrida em 2004 onde servidores foram assassinados por empregadores que se sentiram incomodados pela fiscalização contra trabalho escravo.

Para a Condsef/Fenadsef, que representa servidores administrativos do Ex-MTb, o cenário preocupa. Pela

experiência e lutas dos trabalhadores ao longo da história, a Confederação alerta que para sair desse processo será cada vez mais essencial fortalecer a unidade e mobilização em torno de pautas em defesa de direitos básicos. A mistura de ataques a leis do trabalho, ao direito a aposentadoria e àqueles que têm como dever fiscalizar e garantir atendimento e políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora mostra o tamanho do desafio. Para garantirmos que retrocessos não ocorreram e defender que o Brasil promova crescimento econômico com justiça social é preciso que a reação e a resistência aconteçam todos os dias.

Na luta está a vitória

Essa semana Brasília concentrou atividades importantes. Na terça, mulheres indígenas promoveram seu primeiro grande encontro e se juntaram a estudantes, servidores e trabalhadores em defesa da Educação e da Previdência Pública. Hoje, mais de 100 mil mulheres coloriram a Esplanada dos Ministérios em mais um ato histórico da Marcha das Margaridas. Para a Confederação, é na resistência que está a vitória. Seguimos adiante.